



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121309 - MG (2019/0357287-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : VLADIMIR CARVALHO BERNARDES (PRESO)
ADVOGADO : FRANKLIN JOSÉ DE MOURA E OUTRO(S) - MG138444
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : SERGIO AUGUSTO RODRIGUES

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por VLADIMIR CARVALHO BERNARDES – preso cautelarmente por suposta infração aos arts. 288 e 317, § 1º, na forma do art. 71, todos do Código Penal – contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.104922-0/000) que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 210):

*EMENTA: HABEAS CORPUS - CORRUPÇÃO PASSIVA E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - REQUISITOS DOS ARTIGOS 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PRESENTES - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO - SUBSTITUIÇÃO POR OUTRA MEDIDA CAUTELAR - IMPOSSIBILIDADE - RISCO À ORDEM PÚBLICA E À INSTRUÇÃO PROCESSUAL - MANUTENÇÃO DA PRISÃO - NEGATIVA DA AUTORIA - MATÉRIA DE MÉRITO - AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - INOCORRÊNCIA - DENEGAÇÃO DA ORDEM. De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva está condicionada à presença concomitante do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis*. Além de tais pressupostos, também se faz necessária a presença dos requisitos elencados no art. 313 do Código de Processo Penal. Presente relevante indício de envolvimento do Paciente nas práticas delitivas que lhe são imputadas, imperiosa é a restrição da liberdade para a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, inviabilizando a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. A negativa de autoria é matéria de mérito que demanda análise detida e dilação probatória, podendo repercutir no desfecho da demanda criminal, mas não sobre a conveniência de se manter o Paciente preso. As condições pessoais favoráveis do agente não podem ser analisadas em descompasso com todo o contexto dos autos, não sendo capaz de obstar, por si só, a custódia preventiva se preenchidos seus requisitos legais. O princípio da presunção de inocência, que encontra fundamento no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição da República, não é incompatível com a prisão processual.*

Nas razões do presente recurso, a defesa alega, em síntese, não estarem presentes, no caso, o *periculum libertatis* e o *fumus comissi delicti* a justificar a prisão preventiva do recorrente. Sustenta que o decreto prisional não encontra respaldo no ordenamento jurídico, além de carecer de contemporaneidade.

Assevera não haver indícios mínimos participação do recorrente no evento criminoso. Aduz, ainda, que, no processo cujo o paciente foi indiciado, somente constam 2 suspeitos, não havendo que se falar, portanto, em organização criminosa.

Argumenta que, "quando da sua prisão não era mais inspetor da polícia civil na Delegacia Regional de Pouso Alegre/MG, uma vez que estava trabalhando na Delegacia de Polícia Civil de Jacutinga/MG destada a data de 04 de junho de 2019" (e-STJ fl. 238). E acrescenta que o recorrente está aposentado desde 11/9/2019, o que afasta a alegação de possível interferência na investigação.

Sublinha ser o recorrente primário, detentor de bons antecedentes, além de possuir residência fixa.

Defende ser suficiente, no caso, a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do recorrente.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 495-499) e o Ministério Público Federal, previamente ouvido, manifestou-se pelo desprovimento do presente recurso por meio de parecer assim ementado (e-STJ fl. 575):

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.CORRUPÇÃO PASSIVA E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA.PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.DESPROVIMENTO DO RECURSO

É o relatório. **Decido.**

Verifica-se que a presente impetração objetiva desconstituir decreto de prisão preventiva.

Ocorre que, consoante informações obtidas no endereço eletrônico do Tribunal do Estado de Minas Gerais, foi concedida a liberdade provisória ao ora recorrente, com a expedição do alvará de soltura em 19/3/2020 . Ação Penal n. NUMERAÇÃO ÚNICA: 0020772-60.2019.8.13.052:

EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE- PARTE: VLADIMIR CARVALHO 19/
SOLTURA BERNARDES 3/2020

Nesse contexto, fica sem objeto a pretensão recursal.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator